

O surgimento de uma antropologia meridional: a criação do Instituto de Antropologia em Santa Catarina

Amurabi Oliveira¹

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: O exame contínuo da formação e desenvolvimento das ciências sociais faz parte da tradição intelectual da antropologia brasileira, que recorrentemente toma como marco inaugural do processo de institucionalização da ciência antropológica o advento dos cursos superiores de ciências sociais na década de 1930. O presente trabalho visa contribuir para o debate acerca da história da antropologia brasileira, analisando a criação e o funcionamento do Instituto de Antropologia na Universidade Federal de Santa Catarina na década de 1960. Através desta análise busca-se problematizar a ideia de que a antropologia produzida longe dos grandes centros seria “provinciana”, demonstrando a dinâmica assumida neste contexto em termos de formação acadêmica e produção de pesquisas neste Instituto.

Palavras-chave: história da antropologia; antropologia brasileira; Instituto de Antropologia; antropologia em Santa Catarina.

OLIVEIRA, Amurabi. O surgimento de uma antropologia meridional: a criação do Instituto de Antropologia em Santa Catarina. *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 9 (21): 291-310, setembro a dezembro de 2022. ISSN: 2358-5587

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Livre-docente em Cultura e Educação pela Universidade Estadual de Campinas, realizou estágio pós-doutoral pela Universidade Autônoma de Barcelona. Professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisador do CNPq.

The emergence of a Southern anthropology: the creation of the Institute of Anthropology in Santa Catarina

Abstract: The continuous examination of the formation and development of the social sciences is part of the intellectual tradition of Brazilian anthropology, which recurrently takes as the inaugural mark of the process of institutionalization of anthropological science the advent of the undergraduate courses of social sciences in the 1930s. Aiming contribute to the debate on the history of Brazilian anthropology, I analyze the creation and the functioning of the Institute of Anthropology at the Federal University of Santa Catarina in the 1960s. Through this analysis I seek to problematize the idea that anthropology produced far from the great centers would be "provincial", demonstrating the dynamics assumed in this context in terms of academic training and research production in this Institute.

Keywords: history of anthropology; Brazilian anthropology; Institute of Anthropology; anthropology in Santa Catarina.

El surgimiento de una antropología del sur: la creación del Instituto de Antropología en Santa Catarina

Resumen: El examen continuo de la formación y desarrollo de las ciencias sociales es parte de la tradición intelectual de la antropología brasileña, que recurrentemente toma el advenimiento de los cursos universitarios en ciencias sociales en la década de 1930 como el hito inaugural del proceso de institucionalización de la ciencia antropológica. Ese trabajo tiene como objetivo contribuir al debate sobre la historia de la antropología brasileña, analizando la creación y el funcionamiento del Instituto de Antropología de la Universidad Federal de Santa Catarina en la década de 1960. A través de este análisis, buscamos problematizar la idea que la antropología que ha sido producida lejos de los grandes centros sería "provincial", demostrando la dinámica asumida en este contexto en términos de formación académica y producción investigativa en este Instituto.

Palabras clave: historia de la antropología; antropología brasileña; Instituto de Antropología; antropología en Santa Catarina.

Uma das características mais proeminentes da antropologia brasileira é sua dimensão autorreflexiva, que implica numa revisita recorrente a sua formação, configuração e desafios (PEIRANO, 1981). Neste sentido, um dos marcos considerado fundamental para a compreensão do processo de institucionalização da antropologia no Brasil é a criação dos primeiros cursos superiores em ciências sociais na década de 1930², compreendidos como *locus* por excelência de formação acadêmica e profissional nas áreas de antropologia, ciência política e sociologia.

Neste processo de formação sócio histórica das ciências sociais no Brasil é relevante considerar três aspectos: a) que a concepção de ciências sociais na primeira metade do século XX era mais ampla que aquela que reconhecemos hoje, abarcando também disciplinas correlatas como a psicologia, a economia, a história etc.; b) distando da tradição intelectual que se estabeleceu em outros países – inclusive na América Latina – no Brasil elaborou-se uma formação acadêmica interdisciplinar no campo das ciências sociais, secundarizando a formação de carreiras disciplinares; c) houve uma forte concentração de cursos de ciências sociais na região sudeste do Brasil num primeiro momento, principalmente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, que se deu acompanhada também de uma maior densidade de editoras, revistas especializadas, financiamento para pesquisa etc.

Tais questões implicaram numa menor visibilidade do processo de institucionalização e produção do conhecimento no campo das ciências sociais que se deu fora dos grandes centros, especialmente em locais nos quais não houve a criação de cursos de graduação nesta área num primeiro momento. Este é o caso do Estado de Santa Catarina, cujos primeiros cursos de ciências sociais foram criados apenas na década de 1970 na Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC) em Lages³, e na Universidade Federal de Santa Catarina em Florianópolis.

É emblemático o fato de que o balanço realizado por Pinto e Carneiro (1955) acerca das ciências sociais no Brasil, ao analisar o caso da região Sul faz referência unicamente aos estados do Paraná e Rio Grande do Sul. Observa-se com isso a reprodução de um determinado padrão de análise do campo das ciências sociais brasileiras que exclui as instituições e os agentes catarinenses, por distarem, aparentemente, do padrão de cientificidade e de institucionalização das ciências sociais que passa a vigorar principalmente a partir da década de 1930, período que demarcaria uma “ruptura” com o período “pré-científico” destas ciências (FERNANDES, 1958; LIEDKE FILHO, 2005).

Todavia, as teias que elaboram a trama das ciências sociais no Brasil são mais complexas que aparentam, de modo que devemos reconhecer que há distintas temporalidades e modos de institucionalização destas ciências nas diversas regiões do país. Neste sentido, é importante compreender que a formação de um

² Os primeiros cursos de ciências sociais criados no Brasil foram os da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP) em 1933, da Universidade de São Paulo (USP) em 1934, da Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1935, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná em 1938 e da Faculdade de Filosofia da Bahia em 1941.

³ O curso da UNIPLAC foi extinto, não havendo mais sua oferta por esta instituição.

campo é sempre demarcada por tensões e disputas, que visam estabelecer uma visão legítima de mundo (BOURDIEU, 2001), o que ocorre também na formação do campo da antropologia brasileira.

Ainda que não seja eixo central deste trabalho é importante realizar algumas ponderações de forma mais clara. Reconhece-se aqui a existência de certa invisibilidade da antropologia em Santa Catarina na história da antropologia nacional. Como pode ser percebido por meio de publicações especializadas, tais como as coletâneas organizadas por Miceli (1989, 1995), ou artigos como os de Melatti (1984)⁴, Corrêa (1988) e Peirano (1999) que constituem referências fundamentais da delimitação da história de nosso campo. Trabalhos mais recentes, como o de Salzano (2009), ao se referir aos antropólogos brasileiros presentes no período formativo da disciplina, que iria de 1934 a 1954, também não realiza nenhuma menção aos pesquisadores que estavam desenvolvendo suas atividades em Santa Catarina.

Quero dizer com isso que em que pese o seu desenvolvimento em período recente, a antropologia em Santa Catarina não consta nos levantamentos consagrados acerca da história da antropologia no Brasil. Eventualmente há referências aos trabalhos desenvolvidos por Silvio Coelho dos Santos a partir da década de 1970, ignorando-se as atividades desenvolvidas neste estado nos anos anteriores. Acredito que principalmente no intervalo temporal que vai da fundação da Faculdade Catarinense de Filosofia (FCF), até o período de atividade do Instituto de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina, há uma intensa atividade de ensino e pesquisa no campo da antropologia que precisa ser visibilizada e inserida no debate acerca da história da antropologia brasileira.

O presente trabalho visa, portanto, contribuir com um esforço mais amplo que vem sendo realizado na direção de revisitarmos a história das ciências sociais no Brasil, e mais especificamente da antropologia. Assumo para tanto como recorte o processo de criação e funcionamento do Instituto de Antropologia na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (1965-1969), que teve como principal animador o professor Oswaldo Rodrigues Cabral (1903-1978), contando ainda com um conjunto de outros pesquisadores, como será explorado no texto. A base documental da qual parto para realizar esta análise é principalmente o arquivo central da UFSC, que possui os documentos referentes à FCF, bem como os arquivos do Museu de Arqueologia e Etnologia (MARQUE) da UFSC, nos quais encontram-se os *Anais do Instituto de Antropologia*.

O objetivo principal desse artigo é, portanto, analisar a formação e funcionamento do Instituto de Antropologia na UFSC na década de 1960, recorrendo também a uma sucinta contextualização sobre o surgimento da antropologia catarinense na década anterior, quando são criadas as primeiras cátedras desta disciplina em Florianópolis. Encerro o texto indicando os desdobramentos do processo de institucionalização da antropologia no estado na década de 1970, quando são criados os cursos de graduação e pós-graduação em ciências sociais, e quando o Instituto de Antropologia se transforma em Museu Universitário.

⁴ No trabalho de Melatti encontramos uma única referência ao trabalho de Silvio Coelho dos Santos (1938-2008), já referindo-se a suas pesquisas desenvolvidas na década de 1970.

A emergência de uma antropologia em Santa Catarina

Para compreendermos o processo de surgimento do Instituto de Antropologia em Santa Catarina é necessário primeiramente contextualizar o processo de institucionalização do ensino desta ciência no estado, o que nos remete inevitavelmente à formação das primeiras instituições de ensino superior na cidade Florianópolis.

Nas primeiras décadas do século XX Santa Catarina – e sua capital em especial – passa por intensas transformações sociais e culturais, o que incluiu também o advento de novas instituições compreendidas como relevantes para o processo de “modernização” do estado, tais como a Academia Catarinense de Letras, criada em 1924 e o Museu de Arte Moderna de Florianópolis, fundado em 1949.

A este processo acrescenta-se o advento das primeiras Faculdades, que teriam como finalidade principal a formação as elites do estado, além da formação de quadros especializados em diversas áreas do conhecimento. As primeiras Faculdades criadas foram as de Direito (1932), de Ciências Econômicas (1943), de Farmácia e Odontologia (1947), e de Medicina (1955). A Faculdade Catarinense de Filosofia (FCF) foi criada ainda em 1951, porém, suas atividades só foram iniciadas em 1955. É no contexto da FCF que surgem as primeiras cátedras de antropologia e de disciplinas correlatas, ainda que marcadas por distintas orientações teóricas e metodológicas.

A FCF seguia o modelo já consolidado da Faculdade Nacional de Filosofia (FNF), vinculada à Universidade do Brasil (UB), e que também fora reproduzido por outras Faculdades de Filosofia pelo país, centrando-se na oferta de cursos que ao mesmo tempo pudessem formar elites culturais, mas também atender às demandas do ensino secundário que se encontrava em expansão (OLIVEIRA, 2018b). Os primeiros cursos ofertados na FCF eram de Filosofia, Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Letras Anglo-Germânicas, História e Geografia. Este acontecimento ocorre em meio a uma proliferação mais ampla de Faculdades de Filosofia no Brasil, entre 1949 e 1957 há um salto de 22 para 52 instituições, que tendencialmente se estruturavam de forma similar (CAPES, 1958).

O acesso a tais cursos se dava através de exames escritos e orais, variando as matérias a serem avaliadas a depender do curso pretendido. No caso do curso de história e geografia, no qual estava circunscrito o ensino de antropologia, as provas versavam sobre: português, história geral e do Brasil, geografia geral e do Brasil, inglês ou francês. A taxa de aprovação do primeiro para o segundo ano, entre os anos de 1955 e 1958, não ultrapassava 50%, o que aponta para o alto grau de seletividade e exigência acadêmica que exista na Faculdade. Com isso podemos reforçar a hipótese de que, de fato, os cursos eram profundamente elitizados, ainda que estejamos falando principalmente das elites locais nesse momento.

O ensino da antropologia estava circunscrito aos cursos de História e Geografia, como já indicado, estando presente a disciplina de antropologia cultural em ambos os cursos, antropologia física no curso de geografia e etnografia do Brasil no curso de história. Tornaram-se responsáveis por estas disciplinas inicialmente Jaldyr Baering Faustino da Silva (1914-1994), também bacharel em direito e responsável pela cátedra de etnografia do Brasil, Pe. Alvino Bertholdo Braun (1908-1984), com formação em filosofia e teologia tornou-se catedrático de antropologia física, e Oswaldo Rodrigues Cabral (1903-1978), com formação em medicina, que assumir a cátedra de antropologia cultural (Santos, 2006). Fizeram parte do processo de fundação da FCF Cabral e Braun, que também circulavam por outros

espaços, Cabral era professor da Faculdade de Direito e Braun professor do Colégio Catarinense, instituição escolar jesuíta fundada em 1905, responsável pela formação das elites locais no nível dos estudos secundários.⁵

Como bem indica Santos (1997), a tônica geral entre o final dos anos de 1950 e início de 1960 no Sul do Brasil era que os catedráticos eram autodidatas e católicos, como também atestam a presença do médico José de Loureiro Fernandes (1903-1977) na Faculdade de Filosofia do Paraná e do padre Balduino Rambo (1906-1961) no Rio Grande do Sul. Em Santa Catarina, ainda que tenha havido a contratação de docentes oriundos de outros estados para algumas cátedras, no caso das disciplinas vinculadas à área de antropologia foram contratados docentes que integravam o quadro das elites culturais locais, e que em sua maioria assumiram também outras cátedras naquele contexto.

Fugiria ao foco e ao escopo desse trabalho, todavia é relevante destacar nesse processo o papel que a Igreja Católica assumiu na constituição do campo do ensino superior catarinense, o que é percebido de forma evidente por meio da presença de docentes que também assumiam a atividade sacerdotal, bem como pela utilização do espaço físico do Colégio Catarinense, instituição de caráter sacerdotal, no início das atividades acadêmicas da FCF. Chama a atenção o fato de que apesar da FCF ter surgido como uma instituição privada, ela recebia também fundos públicos, o que aponta para uma íntima relação entre o Estado, a Igreja Católica e as elites locais no processo de construção desse projeto. Na década de 1950 a Igreja Católica estava profundamente mobilizada em torno do debate educacional, considerando-se principalmente as discussões em torno da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação iniciada em 1948, o que também refletia os avanços galgados por essa instituição no campo educacional na década anterior no contexto das reformas produzidas por Gustavo Capanema (1900-1985), que fora ministro da educação entre 1937 e 1945.

É, sobretudo, a figura de Oswaldo Cabral que será central nesse processo, dada a liderança intelectual que ele havia alcançado naquele período tanto no nível local quanto nacional. Já em 1937 Cabral havia publicado o livro *Santa Catarina – história, evolução* na coleção “Brasileira”, da Companhia Editora Nacional, esta coleção juntamente com a Documentos Brasileiros e a Biblioteca Histórica Brasileira constituía um dos espaços privilegiados de produção e circulação do conhecimento em ciências humanas, sendo, portanto, um dos “requisitos institucionais” do campo intelectual do período (Pontes, 1989).

Em 1948 Cabral assumiu o cargo de subsecretário da recém-fundada Comissão Catarinense de Folclore (fundada durante o I Congresso Catarinense de História naquele mesmo ano do qual ele foi secretário-geral), que por sua vez estava vinculada à Comissão da Nacional do Folclore criada um ano antes, e que agregava diversos agentes que foram relevantes na formação do campo da antropologia no Brasil, tais como Arthur Ramos (1903-1949), Gilberto Freyre (1900-1987), Edgar Roquette Pinto (1884-1954), Edison Carneiro (1912-1972). Outros intelectuais que também estiveram à frente das comissões regionais desempenharam um papel relevante no processo de institucionalização da antropologia em seus respectivos estados, principalmente por meio das cátedras nas Faculdades de Filosofia, como foi o caso de Theo Brandão (1907-1981) em Alagoas, Thales de Azevedo (1904-1995) na Bahia e Câmara Cascudo (1898-1986) no Rio Grande do

⁵ Durante os primeiros anos de funcionamento a FCF utilizou também da estrutura física do Colégio Catarinense, principalmente de seus laboratórios.

Norte⁶.

É importante destacar que a este tempo a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) ainda não havia sido criada⁷, e a Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia, fundada por Arthur Ramos em 1941, teve apenas uma breve existência, de modo que a Comissão Nacional do Folclore se mostrava como um dos espaços mais relevantes no processo de agregar pesquisadores vinculados à antropologia. No caso de Santa Catarina, a partir de 1949 a subcomissão de folclore passa inclusive a contar com uma publicação própria, denominada Boletim da Comissão Catarinense de Folclore, que divulgava artigos originais, além de notícias referentes à comissão nacional e à submissão comissão estadual.

Quero demonstrar com isso que Cabral estava profundamente inserido no debate de sua época e nos espaços de legitimação próprios daqueles que almejavam se legitimar como “antropólogo” naquele período (OLIVEIRA, BARBOSA, 2018). Desse modo, na transição que ele realizou em 1956, quando encaminha seu pedido para o Pe. Wener José Soell, então diretor em exercício da FCF, para que assumisse a cátedra de antropologia cultural, um dos fundamentos de seu pedido é a publicação do livro *Cultura e Folclore* (1954), publicação premiada pela Comissão Nacional do Folclore, e que contava com prefácio de Roger Bastide (1898-1974), o que refletia o prestígio que Cabral conseguiu angariar neste período.

De modo comparativo é interessante perceber que a cátedra de sociologia apenas exista junto ao curso de filosofia, e posteriormente, no curso complementar de didática a partir de 1960, indicando certo predomínio da antropologia no debate das ciências sociais no nível local. A coexistência das disciplinas de antropologia cultural, antropologia física e etnografia do Brasil, por outro lado, demonstra a pluralidade de perspectivas que havia àquele tempo, e ao mesmo tempo as disputas por certa concepção de antropologia, que naquele momento estava fortemente articulada à arqueologia.

Ademais, pode-se observar com esta organização curricular que o debate entre a antropologia cultural e a antropologia física aproximava-se naquele momento na FCF, ainda que no nível nacional a antropologia física estivesse perdendo espaço nos departamentos de ciências sociais. Durham e Cardoso (1961) já haviam apontado na década de 1960 para as limitações encontradas no ensino de antropologia física em comparação à antropologia cultural, que incluía o parco interesse e formação em ciências naturais dos alunos, como também os recursos disponíveis para seu ensino, que devido a tanto se limitaria apenas a informações gerais.

Castro Faria (1952) também pontuava a seu tempo os desafios postos para a antropologia física no Brasil, destacando os avanços galgados até a primeira metade do século XX. Escrevendo em momento posterior, Melatti (1984) enfatiza as dificuldades de formação de quadros no campo da antropologia física a partir da década de 1950, indicando a existência apenas de alguns cursos pontuais. Neste sentido, o debate antropológico desenvolvido na FCF na década de 1950 parece apontar para outra temporalidade, uma vez que a antropologia física encontrava um espaço relevante na formação acadêmica ofertada nesta instituição (OLIVEIRA, 2019).

⁶ Com isso não quero dizer que tais intelectuais tiveram um papel “apenas regional”, mas sim, que para além de suas inserções em termos nacionais eles mantiveram uma preocupação constante no processo de institucionalização e consolidação da antropologia junto a instituições de seus estados de origem.

⁷ A primeira reunião da ABA ocorreu no Rio de Janeiro em 1953, tendo sido fundada oficialmente em 1955 na reunião ocorrida em Salvador.

A primeira turma da FCF ingressou no curso de “História e Geografia”, que fora posteriormente desmembrado em dois cursos por determinação legal. Para os concluintes dessa formação haveria a possibilidade deles elegerem uma ou mais áreas de especialização, e dentre os oito concluintes daquela turma encontramos de Walter Piazza (1925-2016) que indicou como áreas de especialização Antropologia Cultural, Geografia Humana e História de Santa Catarina. Este dado nos é interessante por demonstrar que na ausência de um curso superior em ciências sociais, os cursos de história e de geografia eram compreendidos como espaços relevantes de formação de antropólogos, ao se indicar essa ciência como uma das possíveis áreas de especialização do curso.

Nessa direção é interessante apontar que o que diferencia a institucionalização da antropologia em Santa Catarina a rigor não é a interdisciplinaridade, uma vez que esta também está presente nos cursos de ciências sociais (OLIVEIRA, 2018a), mas sim o arranjo específico que é elaborado aproximando a antropologia da história e da geografia. Neste sentido, vale a pena evidenciar que a compreensão existente de ciências sociais naquele momento é bastante alargada, estreitando-se nas décadas seguintes, principalmente após a Reforma Universitária de 1968, que possibilita o desenvolvimento da formação disciplinar nos campos da antropologia, da ciência política e da sociologia a partir da pós-graduação.

Finalizando essa primeira aproximação com o debate sobre a institucionalização da antropologia em Santa Catarina, é importante ressaltar que na década de 1960 a FCF deixa de existir como instituição autônoma e passa integrar a UFSC, que passa a incorporar seu corpo docente e discente. Ao mesmo tempo em que esse movimento implicou numa menor autonomia administrativa da FCF, também trouxe novas possibilidades em termos de arranjos institucionais, uma vez que o *status* de universidade viabilizava o surgimento de outras estruturas acadêmicas, e é nesse contexto que será criado o Instituto de Antropologia. Esta perda de autonomia da Faculdade acelera-se no período militar, considerando-se principalmente a reorganização que é dada às universidades federais nesse período.

A criação do Instituto de Antropologia

A criação do Instituto de Antropologia se deu por meio da Resolução 89 de 30 de dezembro de 1965, ainda que o projeto para sua criação seja sensivelmente anterior. Como principal fonte documental para analisarmos o processo de criação e funcionamento do instituto foram consultados os *Anais do Instituto de Antropologia*, que passam a ser publicados a partir de 1968. Foram encontrados quatro anais, referentes aos anos de 1968, 1969, 1970 e 1971, nos quais havia sempre a publicação de artigos resultantes de pesquisas desenvolvidas no instituto, assim como a parte referente ao “noticiário”, eventualmente resenhas, documentos e informações relativas aos projetos de pesquisa do instituto também eram publicados. Importante salientar que a partir de 1970 a publicação passou a se chamar *Anais do Museu de Antropologia*, o que refletia as mudanças na estrutura administrativa e acadêmica pelas quais a UFSC vinha passando naquele período.

Nos anais de 1968, são publicados os seguintes artigos: “Da raridade dos zoolitos platiformes” de Oswaldo Cabral, “Sobre a integração econômica” de Silvio Coelho dos Santos, “O Sambaqui de Congonhas I” de Anamaria Beck, “Afecções alvéolo-dentárias” de Édison Araújo e “A pedra da Laguna” de Egas Godinho.

Silvio Coelho dos Santos, assim como Anamaria Beck haviam realizado a formação acadêmica inicial na Faculdade Catarinense de Filosofia, trabalharam diretamente com Cabral e se tornaram professores da UFSC, ambos realizaram a formação doutoral na Universidade de São Paulo, nas áreas de Antropologia Social e de Arqueologia respectivamente. Édison Araújo era odontólogo, também trabalhou diretamente no Instituto e se tornou professor da UFSC. Já Egas Godinho é um pseudônimo de Cabral, o qual ele usava mais recorrentemente para produzir obras de literatura.

Na parte do noticiário há a reprodução do discurso de inauguração do instituto, proferido por Oswaldo Cabral, indicando a data de 29 de maio de 1967 como a data precisa deste evento. Estavam presentes no evento o governador do estado, o arcebispo metropolitano, os reitores das Universidades Federais do Espírito Santo, Fluminense, Paraíba, Rural do Rio Grande do Sul⁸ e Católica de Salvador, os diretores das Faculdades de Farmácia, Engenharia e Filosofia, além de outras autoridades e docentes.

Interessante perceber que apesar de ter havido um discurso inicial proferido pelo reitor João David Ferreira Lima (1910-2001), que fora o primeiro reitor da UFSC, apenas a fala de Cabral é reproduzida nos anais do museu. É indicado que a ideia de criação do instituto surgiu ainda na equipe que atuava na cadeira de antropologia, e que foi percebido que era necessário ir para além dos limites didáticos da própria cadeira.

Também é destacado neste discurso inaugural que contrastando com o rico material etnológico e arqueológico existente em Santa Catarina, haveria poucos pesquisadores que desenvolviam pesquisas envolvendo esse campo empírico. São citados os trabalhos do Pe. João Alfredo Rohr⁹ e de Walter Piazza, este último ocupante da cátedra de História da América naquele momento. Sendo assim, a maior parte desse material seria recolhido e analisado por pesquisadores de outros locais, seja de outros museus no Brasil – com destaque para o Museu Nacional – ou de museus europeus.

Há a indicação de que o processo de formação do Instituto de Antropologia envolveu também uma série de visitas e intercâmbios nacionais, que implicaram na elaboração de um determinado modelo de organização acadêmica. A visita ao Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)¹⁰ parece ter sido significativa neste sentido, apontada como responsável por trazer ao reitor da UFSC “o entusiasmo que dele esperávamos para levar esta obra adiante” (CABRAL, 1954: 110). Também é indicada uma visita ao Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais¹¹, criado por Gilberto Freyre e àquele momento sob a direção de Mauro Mota (1911-1984), mas reconhece-se a impossibilidade de fazer algo nestes moldes em Santa Catarina. Como bem aponta o depoimento de Beck (1995: 21), tratou-se de um projeto que foi sendo gestado antes da fundação do instituto, visando, sobretudo, o desenvolvimento de pesquisas e de formação de pessoal inicial.

O Museu na verdade iniciou como Instituto de Antropologia e foi uma idéia que começou a ser construída no início da década de 1960, quando o Dr. Cabral, o professor Walter Fernando Piazza e o professor Sílvio Coelho dos Santos (na época assistente do

⁸ Refere-se à atual Universidade Federal de Pelotas (UFPel), que se denominava Universidade Rural do Sul entre 1960 e 1967, e Universidade Federal do Rio Grande do Sul entre 1967 e 1969.

⁹ Destaca-se que a partir de 1964 o Padre Rohr passou a organizar o chamado “Museu do Homem do Sambaqui” que funciona junto ao Colégio Catarinense.

¹⁰ O Instituto de Antropologia da UFRN foi criado em 1960, transformando-se em Museu em 1975.

¹¹ Instituto criado em 1949 aos auspícios de Gilberto Freyre quando ele atuava como deputado federal, tendo sido transformado em 1979 em Fundação.

Dr. Cabral) resolveram reunir um grupo não apenas de professores mas também de pesquisadores; um grupo de antropólogos. Foi uma idéia muito interessante porque o processo de construção desse grupo, a idéia de termos um Instituto de Antropologia, foi se consolidando. Inicialmente no sentido de formar pessoas, e vários alunos nesse processo foram escolhidos dentro das disciplinas de Antropologia dos cursos de História e Geografia. E nesse sentido, por exemplo, começamos a ter bolsas de estudos das instituições nacionais para fazermos nossa formação fora de Santa Catarina, como foi o caso inicial do professor Sílvio Coelho dos Santos, do Marílio Dias dos Santos, eu mesma, do professor Luís Carlos Halfpap, do Alroino Baltazar Eble, já falecido, que foi também diretor do Museu, das professoras Maria José Reis, Neusa Maria Sens Bloemer, da Sônia Ferrari e Giralda Seiferth. A Sônia Ferrari hoje está na USP e a Giralda Seiferth está no Museu Nacional do Rio de Janeiro. Esse conjunto de professores (inicialmente éramos alunos) estava querendo uma pós-graduação para dinamizar esse grupo de estudos de Antropologia, que foi constituindo-se no Instituto de Antropologia. À medida que começávamos a voltar da nossa pós-graduação, consolidou-se a idéia de termos um espaço físico mais amplo do que tínhamos na faculdade de Filosofia, da antiga faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e se optou então por uma área no campus universitário que estava abandonada, e que era um estábulo. O laboratório, por exemplo, era o curral onde as vacas eram ordenhadas, e se transformou inicialmente no laboratório de Arqueologia e Antropologia Física, e atualmente só o laboratório de Arqueologia.

O processo de constituição do instituto demandou, portanto, ao mesmo tempo a busca por um modelo acadêmico que possibilitasse a articulação das atividades que já vinham sendo desenvolvidas por uma equipe relativamente dispersa de pesquisadores – além daqueles vinculados à UFSC há a menção de outros colaboradores espalhados pelo estado – e um avanço no campo da pesquisa e da formação específica em termos de arqueologia e antropologia. Para tanto também é indicado que concomitante à constituição do instituto e de suas instalações foi iniciado um processo de formação de pessoal (como atesta o depoimento de Beck), o que deu, sobretudo, por meio do envio de pesquisadores para outras instituições a fim de realizarem uma determinada formação acadêmica. Como nos indica Cabral (1968: 109-10):

cuidamos de preparar o material humano necessário, selecionados entre os meus mais destacados alunos. Três deles foram fazer sua pós-graduação no Museu Nacional, dois em Antropologia Social e um em Arqueologia, tendo aqueles estagiado, um, no Alto Solimões, entre as populações indígenas, e outro, com bolsa da Rotary Clube, por dois anos, no México. Um Assistente da Faculdade de Odontologia, se tornou um excelente arqueólogo e restaurador de peças, com curso de modelagem em São Paulo, integrou-se na equipe. Trouxemos, por iniciativa própria e deles, membros da equipe, vários professores, para ministrar cursos intensivos aqui: Conceição Becker, Castro Farias, Oldemar Blasi, e, ultimamente, o nosso conterrâneo Egon Schaden, da Universidade de São Paulo. Ainda este ano teremos aqui Roquette de Barros Laraia, do Museu Nacional, e Paulo Duarte, do Instituto de Pré-história da Universidade de São Paulo.

Creio que esta passagem é extremamente relevante, pois nos possibilita questionar determinada leitura que é recorrente na narrativa sobre a história das ciências sociais no Brasil, que situa como provincianas e pré-científicas as experiências realizadas fora dos grandes centros (REESINK e CAMPOS, 2014). Ao que parece, a emergência do Instituto de Antropologia em Santa Catarina estava claramente afinada com os padrões de cientificidade de seu tempo, o que era reforçado pelo intercâmbio de pesquisadores e pelo investimento na formação pós-graduada de seus quadros¹².

Quero com isso destacar que apesar de reconhecer que as ciências sociais tiveram temporalidades distintas, com graus diferentes de institucionalidade nas

¹² Importante destacar que apesar de já se outorgar títulos de mestrado e de doutorado no Brasil ao menos desde a década de 1940, o sistema de pós-graduação como o conhecemos inicia-se com a Reforma Universitária de 1968, quando são criados os primeiros cursos de mestrado e de doutorado. Neste período o Museu Nacional passou a ofertar a partir de 1960 cursos de especialização em determinadas áreas do conhecimento.

diferentes regiões do país, isso não significa dizer que aquela desenvolvida em Santa Catarina entre as décadas de 1950 e 1960 poderia ser simplesmente classificada como provinciana, ou pré-científica. A própria publicação dos *Anais do Instituto de Antropologia* a partir de 1968 apontava nesta direção, investindo não apenas no desenvolvimento de pesquisas como também na divulgação de seus resultados¹³, demarcando uma afirmação de cientificidade no projeto acadêmico desenvolvido. Ao analisarmos as atividades desenvolvidas pelo Instituto neste período poderemos ter uma melhor ideia de como ele buscou se afirmar no campo acadêmico, inserindo-se no cômputo das disputas próprias deste universo.

Ao final da primeira página dos *Anais* estava escrito além de português em espanhol, francês, italiano, alemão e inglês a frase “solicita-se permuta”, o que evidencia a relevância que as trocas intelectuais e a circulação de pessoas, teorias e objetos possuíam naquele contexto. Ou seja, esta publicação para além de ser pensada como uma forma de divulgação científica, também fora acionada como meio de realização de permutas, que possibilitassem a ampliação do acervo bibliográfico especializado na instituição.

O funcionamento do Instituto: entre o local e o nacional

A aprovação do regimento interno do instituto ocorreu apenas em 1968, na qual são indicadas suas finalidades, quais seriam: a) o estudo e a pesquisa de todos os assuntos pertinentes à Antropologia, matérias afins e correlatas; b) a organização e administração de um Museu Antropológico; c) manutenção de cursos de formação e informação e proporcionar estágios ao aperfeiçoamento dos conhecimentos de Antropologia e matérias afins e correlatas, não só para os alunos da Universidade, como em regime de pós-graduação; d) publicar regularmente os resultados das pesquisas; e) analisar questões referentes ao patrimônio pré-histórico cultural e social do Estado, fornecendo questões para a resolução de problemas práticos, especialmente os ligados a superação do subdesenvolvimento; f) desenvolver análises que permitam a prática da antropologia aplicada junto a diversas áreas da administração.

Chama a atenção ao menos dois importantes aspectos na delimitação das finalidades do instituto: a) a possibilidade do oferecimento de cursos de pós-graduação, o que apontava para um grau de consolidação significativa de seu quadro de pesquisadores naquele momento, mais que isso, em outro artigo de seu regimento (sem numeração) há a indicação que “O Instituto de Antropologia conferirá os graus de Mestre e Doutor aos candidatos que cumprirem os cursos de Mestrado e Doutorado, pela maneira que esses cursos forem oportunamente regulamentados”; b) a indicação sobre a organização e administração de um museu antropológico para ser um elemento relevante para o processo de consolidação da antropologia em Santa Catarina.

É importante salientar que os museus tiveram um papel de destaque no processo de desenvolvimento da antropologia brasileira (SCHWARCZ, 1989), sendo mesmo um dos principais espaços de formação e de difusão do conhecimento nesta área. Havia já experiências próximas que remetiam a organização de material arqueológico e etnológico, como no Museu do Homem do Sambaqui, organi-

¹³ Ressalta-se ainda a partir de 1966 a publicação da série arqueológica, destinada a divulgação científica de pesquisas desenvolvidas na arqueologia e áreas afins, cujo primeiro trabalho publicado foi “As grutas de São Joaquim e Urubici” de autoria de Walter Piazza.

zado pelo Padre Rohr no Colégio Catarinense a partir de 1964, ou mesmo, o próprio Museu Paranaense, fundado em 1876, que em alguma medida poderiam servir de modelo para a formação deste museu antropológico em Santa Catarina.

O instituto teria três divisões inicialmente, a de arqueologia, de antropologia física e de antropologia cultural, o que refletia também a organização didática das cátedras existentes naquele momento junto aos cursos de história e de geografia da Faculdade de Filosofia da UFSC.

O corpo de pesquisadores e de docentes seria formado por: a) professores e pesquisadores com efetivo exercício no instituto; b) professores e pesquisadores contratados temporariamente; c) professores e pesquisadores que profiram cursos periódicos; d) professores e pesquisadores associados. Ao passo que os alunos regulares seriam “os estudantes do curso de História da Faculdade de Filosofia que têm em seu currículo do curso de licenciatura a cadeira de Antropologia”, situação esta que poderia ser estendido a outros discentes, caso suas respectivas faculdades incorporassem a cadeira de antropologia em seus currículos. Esta organização aparentemente visava dar maior autonomia ao desenvolvimento das atividades do instituto, e ainda que não deixa completamente claro, aparentemente os professores pesquisadores com efetivo exercício seriam aqueles que atuavam como catedráticos ou assistentes nas disciplinas de antropologia e áreas correlatas.

Com a aprovação de seu regimento interno houve também o início de sua publicação regular, que tinha caráter anual, os *Anais do Instituto de Antropologia*, que fornecia ainda indicação das pesquisas que estavam em curso. Há uma breve referência à existência de uma publicação denominada “Boletim da Cadeira de Antropologia”, editada pela Faculdade de Filosofia anteriormente, porém não foram encontrados registros dessa publicação em outros materiais. No ano de 1968 há a indicação de duas pesquisas conduzidas no instituto, a primeira denominada “Antropometria do material colhido em jazidas arqueológicas de Santa Catarina, determinação das constantes antropométricas e índices”, coordenada pelo instrutor de ensino da Faculdade de Odontologia Edson Araújo; e a segunda denominada “Estudo das relações entre os índios Xokleng e colonos em Santa Catarina”, coordenada pelo instrutor de ensino da Faculdade de Filosofia Silvio Coelho dos Santos.

Ainda com relação às atividades desenvolvidas em 1968 é apontada a realização de quatro os cursos extracurriculares: a) curso de etnologia brasileira, conduzido por Egon Schaden, da USP, entre os dias 22 e 26 de abril, que contou com 120 inscritos; b) curso de antropologia social entre os dias 17 e 22 de junho, ministrado por Roque de Barros Laraia, do Museu Nacional; c) ciclo de estudos sobre pré-história e o mundo moderno entre os dias 7 e 16 de agosto, realizado por Paulo Duarte, da USP, que continha diferentes módulos, cujo número de inscritos variou entre 317 e 59; d) seminário sobre sociologia, educação e antropologia, entre os dias 21 a 29 de outubro, organizado por conferências que foram conduzidas pelos professores Oswaldo Cabral, Silvio Coelho dos Santos, Marcílio Dias dos Santos, Anamaria Beck, todos docentes da Faculdade de Filosofia da UFSC, tendo contado com 52 inscritos.

Novamente o que busco destacar aqui é o esforço que estava sendo realizado pelo instituto para a produção de conhecimento antropológico nos padrões estabelecidos pela comunidade científica nacional, o que se dava não apenas pelo desenvolvimento de pesquisas e divulgação de seus resultados, mas principalmente pela circulação de pessoas, o que incluiu tanto a ida de egressos da Faculdade de Filosofia para a realização de cursos fora do estado, como também pela vinda de

pesquisadores renomados, o que possibilitaria também a oferta de uma formação em antropologia e em arqueologia em Santa Catarina.

Ganha destaque nas informações encontradas a circulação intelectual, o que se operacionalizava tanto por meio do envio de pesquisadores para a realização de formação acadêmica em outros centros, como também pela viabilização da vinda de outros pesquisadores para Santa Catarina. Nos *Anais* de 1969 se faz referência não apenas a visitas de professores da Universidade do Paraná, da Universidade de São Paulo, do Museu Nacional e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, como também de figuras políticas, como o cônsul de Portugal em Porto Alegre, membros da Escola Superior de Guerra e do Ministério Público.

Nos *Anais* de 1969 ainda encontramos a divulgação de dois trabalhos originais: “A integração do índio na sociedade regional” e “Estudos do sambaqui do rio Lessa”, e dois trabalhos na seção “informações diversas”, intitulados “A pedra da Laguna” e “A pedra da Laguna e 2ª expedição do Dr. Carl Von Den Steinen ao Xingú, em 1887”. Indica-se ainda a realização de escavações na “Ponta do Lessa” em Florianópolis, que fora financiada pela UFSC e pela Diretoria do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional.

Chama a atenção o fato de que nessa publicação passam a ser indicados alguns problemas no funcionamento do instituto, sendo emblemática a não realização dos três cursos que estavam previstos para aquele ano. Visando chamar atenção para esta questão é publicada a segunda nota na qual se enumeram as principais dificuldades encontradas pelo Instituto para a realização das pesquisas programadas, quais seriam:

1º Número reduzido de pesquisadores;

2º Não terem sido os pesquisadores existentes incluídos em regime de tempo integral;

3º Necessidade absoluta de combinar as pesquisas com os trabalhos didáticos (orientação seguida pela Instituto e que dela não pretende afastar-se), nem sempre fácil.

4º Sistema contábil, cujas exigências impedem a aplicação das doações para pesquisas no período das grandes férias escolares (janeiro e fevereiro). Este período poderia ser integralmente aproveitado nas pesquisas, pois os trabalhos didáticos se encontram em recesso, mas há dificuldade na obtenção de verbas, pois as do exercício anteriormente obrigatoriamente são recolhidas até quinze de dezembro e as do exercício que se inicia, em janeiro e fevereiro ainda não foram distribuídas. (ANAIIS DO INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA, 1969: 219)

Este cenário apontaria para certa precarização das atividades, com a concentração das pesquisas no período do recesso de junho, e com a presença significativa de pesquisadores que se dedicavam também a atividades em outras instituições. Isso refletia, efetivamente, o quão incipiente ainda era o sistema universitário em Santa Catarina nesse período. Não sem menor relevância, deve-se destacar que os *Anais* faziam menção ainda à existência de colaboradores externos, como João José Bigarela (1923-2016), que era professor da Universidade Federal do Paraná, e Carlos Gorfejee (1922-2005), médico naturalista de Blumenau. Sendo assim, as trocas intelectuais existentes parecem também ocupar um papel importante na tentativa de supressão das dificuldades de pessoal existente no Instituto.

Como já indicado, esta publicação passaria a se denominar a partir do próximo número de *Anais do Museu de Antropologia*, o que refletia as mudanças substanciadas pela reforma universitária de 1968, e suas consequências na estrutura da UFSC a partir de 1970, com a extinção das cátedras e das faculdades e com a criação dos departamentos. Dentro da nova reestruturação universitária não havia espaço para os institutos, tendo deixado de existir os três que estavam em funcionamento na UFSC: o Instituto de Direito do Trabalho, na Faculdade de

Direito, o Instituto de Estudos Sócio-Econômicos, na Faculdade de Ciências Econômicas, e o Instituto de Antropologia, na Faculdade de Filosofia (SANTOS, 2006).

A saída encontrada para a “preservação” das atividades de pesquisa foi a mudança do Instituto para Museu, todavia, os docentes foram incorporados ao Departamento de Sociologia, o que conjugado a outros fatores levou ao pedido de demissão de Cabral do cargo de diretor do Museu (SANTOS, 2006).

A direção do Museu passou para Sílvio Coelho dos Santos, que era então assistente de Cabral. As mudanças que estavam sendo implementadas também trouxeram outras implicações, como o ingresso tanto da Sociologia quanto da Antropologia como disciplinas que compunham o ciclo básico dos estudantes de ciências humanas e sociais da UFSC. Como bem indica a nota assinada por Santos e publicada na primeira edição dos *Anais do Museu de Antropologia*:

O ano de 1970 trouxe várias mudanças ao nosso ambiente de trabalho. Inicialmente, devido ao estabelecido no projeto de reforma da Universidade Federal de Santa Catarina, perdemos a denominação de **Instituto** e passamos a ser **Museu**. Depois, por força ainda do projeto de reforma vimos a Antropologia consagrada como disciplina obrigatória para todos os estudantes da área de Ciências Sociais e Humanas, do Centro de Estudos Básicos. Isto determinou que passemos da média de 80 para 350 alunos. (...) Para atender a essas alterações a equipe do Museu foi ampliada. Dois novos professores foram recrutados; a biblioteca recebeu funcionários novos; a administração foi enriquecida com mais um elemento. (SANTOS, 1970: 3)

Também nesta nota é lamentada a ausência da liderança do Oswaldo Cabral, indicando que teria entrado numa licença prolongada para tratamento de saúde. São ainda indicadas as atividades que continuaram a ser desenvolvidas no Museu, dentre elas dois cursos de extensão, o primeiro denominado “Os fundamentos da antropologia social – organização social, parentesco e resistência”, ministrado por Cecília Maria Vieira Helm (1937-) da Universidade Federal do Paraná, e o segundo de “Antropologia religiosa”, por Maria Isaura Pereira de Queiroz (1918-). Destaca-se ainda a visita de professores de outras instituições, como o reitor da Universidade de Brasília, e da Universidade de Guadalajara no México, do professor João Bigarella da Universidade Federal do Paraná, Edwin L McKee do Geological Survey dos Estados Unidos, Aloísio Costa Chaves (1920-1994) da Universidade Federal do Pará, John M. Hunter (1940-) da Universidade Estadual de Michigan, Emílio Willems (1905-1997) da USP.

Também é indicada nesta publicação a continuidade do investimento em termos de formação pós-graduada dos egressos da graduação da UFSC, que viriam a compor os quadros da própria instituição posteriormente. Maria José Reis, licenciada em história, realizou curso de mestrado no Museu Goeldi na Universidade Federal do Pará na área de arqueologia brasileira, Alroino Eble (1945-1990), também licenciado em história, realizou especialização em antropologia geral na Universidade de Pensilvânia nos Estados Unidos¹⁴.

A descrição destas intensas atividades possibilita um questionamento da leitura desenvolvida por Miceli (1989) acerca do desenvolvimento das ciências sociais no Brasil longe dos grandes centros, aproximando-se mais da imagem do “metropolitismo da província”, nos termos postos por Lins Ribeiro (2005). Afinal, as antropologias desenvolvidas nas periferias tendem a conhecer relativamente bem as produções acadêmicas elaboradas na metrópole, além de suas próprias produções, ao passo que a metrópole tende a restringir seu conhecimento a

¹⁴ Ambos ingressaram no mestrado em Arqueologia na USP em 1973.

suas próprias contribuições para o campo. É válido ainda retomar a argumentação desenvolvida por Reesink e Campos (2014: 67-8):

A consistência do projeto mítico e, portanto, do seu sucesso como discurso hegemônico e qualificado, está ancorada sobre aquilo que analisamos como a chave interpretativa desse projeto de hegemonia geopolítico acadêmico: a saber, a ideia de **institucionalização**, e seu derivado, **as ciências sociais institucionalizadas**. Como estamos vendo, a classificação de institucionalização ou não das ciências sociais vai ser um dos grandes modeladores do “leito de Procusto”, ou seja, é, originalmente, a partir desse norte que se desqualificará ou qualificará os formadores e produtores das ciências sociais, em particular da antropologia no Brasil. (grifo das autoras)

As autoras ainda chamam a atenção para o fato de que o debate que se colocava como central entre as décadas de 1930 e 1950 era principalmente o da profissionalização, e não o da institucionalização. Sem embargo, seguindo outra linha argumentativa gostaria de reforçar a percepção de que as ciências sociais encontraram diferentes caminhos para sua institucionalização no Brasil, não tendo ocorrido exclusivamente por meio dos cursos de graduação em ciências sociais. No caso da antropologia em Santa Catarina tal institucionalização ocorreu junto ao curso de história e geografia inicialmente, e, posteriormente junto ao Instituto de Antropologia, que vem a agregar pesquisadores que se dedicavam à antropologia cultural e física nesse estado, sendo fundamental para tanto a elaboração de redes, as trocas e a circulação de pessoas, obras e teorias.

Compreender a existência de outras dinâmicas em termos de produção do conhecimento antropológico, ou mesmo de outra temporalidade em termos de dinamicidade das ciências sociais, a qual não está necessariamente atrelada à existência de cursos superiores nesta área, nos remete, necessariamente ao conceito de colonialidade acadêmica. Neste sentido:

La colonialidad opera en este plano mediante mecanismos institucionales (como las políticas editoriales, la predominancia de unas lenguas y de los textos escritos, los formatos de argumentación, la sedimentación de genealogías y cánones disciplinarios, los procesos de formación universitarios, etc.) que implican la hegemonización de unas tradiciones y modalidades del establecimiento antropológico, al tiempo que subalternizan (silencian) otras (Krotz 1993, Ribeiro y Escobar 2006). (RESTREPO, 2007: 300)

Neste contexto experiências como o Instituto de Antropologia da UFSC – ou mesmo o da UFRN que serviu de modo para este – merecem destaque por propiciarem a formação de um campo autônomo para a ciência antropológica em seus respectivos contextos, afinadas com os padrões de cientificidade do período. Com isso torna-se evidente a relevância de examinar estes casos, pois eles nos possibilitam repensar a história das ciências sociais, retomando a análise desde um ponto de vista da geopolítica do conhecimento, compreendendo que o processo histórico de invisibilização de determinados agentes e instituições reflete mais as hierarquizações acadêmicas e as disputas em campo que a ausência de uma produção pulsante de conhecimento em determinadas regiões.

Considerações finais

Na década de 1970 foi criado o curso de graduação em ciências sociais na UFSC, o que possibilitou uma maior autonomia acadêmica da antropologia, afinando a formação intelectual de Santa Catarina nesta área com o que vinha sendo realizado em outros centros, autonomizando mais a antropologia em relação a outros cursos da antiga Faculdade de Filosofia, neste momento já Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH). Neste período os programas de pós-graduação

já estavam se consolidando em centros como o Museu Nacional, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade de Brasília (Unb), e nesta direção também é realizado um esforço inicial para a ofertar e formação pós-graduada nesta área em Santa Catarina.

No Sul do Brasil como um todo a formação pós-graduada em antropologia se deu um pouco posterior que no sudeste do país, tendo ocorrido a criação do mestrado em antropologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1979 e na Universidade Federal do Paraná em 1999. De forma semelhante ao cenário encontrado no nordeste do Brasil, no qual a antropologia se desenvolve principalmente atrelada aos departamentos e cursos de ciências sociais ou sociologia (MOTTA e BRANDÃO, 2004), a antropologia em Santa Catarina desenvolveu suas primeiras experiências pós-graduas dentro da estrutura acadêmica do departamento de sociologia e junto a um curso de ciências sociais. Conforme depoimento de Santos (1995: 17-8):

em 1974, pensamos em criar um curso de especialização em Antropologia. Essa ideia tinha a professora Anamaria Beck, à frente. Mas as negociações com o Departamento de Sociologia foram difíceis. Nós éramos seis ou sete e o número de sociólogos já era dez ou onze. Entretanto o grupo de sociólogos não dispunha de professores pós-graduados em número suficiente para também propor um curso de especialização. Houve, por parte do Departamento de Sociologia, uma certa restrição à nossa proposta, desde que essa se limitava a atender ao interesse da Antropologia. Para levar o projeto a termo, tivemos que incluir a área de Sociologia. O curso acabou saindo com a denominação Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Especialização em Sociologia e Antropologia, instalado em 1976. já em 1978, esse curso passava para a condição de mestrado.

Concomitante a este processo, em 1978 o projeto no museu como uma instituição de pesquisa em formação recebe um forte golpe, pois, por meio da resolução 65 o Museu de Antropologia é transformado em Museu Universitário, passando neste momento a ser uma instituição voltada exclusivamente para a guarda de acervo. Isso implicou, em grande medida, no fim do projeto inicial projetado por Cabral para a antropologia em Santa Catarina, mas que a este tempo já estava estabelecida em outros padrões organização, assimilando a lógica “burocrática” que passou a caracterizar a antropologia brasileira a partir da década de 1970 (OLIVEIRA, 2003).

No decorrer desta análise pudemos perceber as características do surgimento e desenvolvimento da antropologia em Santa Catarina, assumindo como fio condutor a formação do Instituto de Antropologia. Ainda que esta estrutura acadêmica não tenha conseguido perdurar no tempo, ela lançou bases para a formação do campo da antropologia neste estado, e longe de ter sido simplesmente uma experiência “provinciana”, ela estava profundamente afinada com os debates nacionais e internacionais desta ciência, fomentada por uma intensa circulação de pessoas, como fora demonstrado aqui.

A revisita à história das ciências sociais brasileiras por meio de um caso “regional” como o do Instituto de Antropologia da UFSC nos remete às questões lançadas por Scott (2014), acerca de qual pluralidade interna é valorizada e qual pluralidade interna é suprimida nas antropologias nacionais. A complexidade e a pluralidade da antropologia brasileira demandam um esforço na direção de uma autorreflexividade constante, que revise as diversas histórias da antropologia que se imbricam na construção de uma antropologia nacional, analisando os distintos modelos de estruturação acadêmica e as diversas temporalidades concorrentes, que estão longe de serem compreendidos a partir de chaves analíticas simplistas.

Recebido em 29 de agosto de 2022.
Aceito em 15 de outubro de 2022.

Referências

- ANAIS DO INSTITUTO DO INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA. *Ano I*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1968.
- ANAIS DO INSTITUTO DO INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA. *Ano II*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1969
- ANAIS DO INSTITUTO DO MUSEU DE ANTROPOLOGIA. *Ano III*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1970
- ANAIS DO INSTITUTO DO MUSEU DE ANTROPOLOGIA. *Ano IV*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1971.
- BECK, Anamaria. “Depoimento dos diretores”. In: *Museu Universitário UFSC: 30 anos*. Florianópolis: Editora Universitária UFSC, 1995. pp. 21-23.
- BOURDIEU, Pierre. *Para uma sociologia da ciência*. Lisboa: Edições 70, 2001.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Cultura e folclore: bases científicas do folclore*. Florianópolis: Comissão Catarinense de Folclore, 1954.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Santa Catharina – história, evolução*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.
- CAPES. *Estabelecimentos de ensino superior*. Série informativa: Rio de Janeiro, 1958.
- CASTRO FARIA, Celso. Pesquisas de Antropologia Física no Brasil. História. Bibliografia. *Boletim do Museu Nacional, N. S., Antropologia*, (13): 1-106, 1952.
- CORRÊA, Mariza. Traficantes do Excêntrico. “Os Antropólogos no Brasil dos anos 30 aos Anos 60”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 3 (6): 79-98, 1988.
- DURHAM, Eunice Ribeiro; CARDOSO, Ruth. O ensino da antropologia no Brasil. *Revista de Antropologia*, 9 (1/2): 91-107, 1961.
- FACULDADE CATARINENSE DE FILOSOFIA. *Arquivo*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, (1955-160).
- FERNANDES, Florestan. *A etnologia e a sociologia no Brasil*. São Paulo: Anhembi, 1958.
- LIEDKE FILHO, Enno. A sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. *Sociologias*, 7 (14): 376-436, 2005.
- LINS RIBEIRO, Gustavo. Antropologias Mundiais: cosmopolíticas, poder e teoria em antropologia. *Série Antropologia*, 379: 1-16, 2005.
- MELATTI, Júlio César. A antropologia no Brasil: um roteiro. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB)*, 17 (1): 1-92, 1984.

MICELI, Sérgio. “Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais”. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das ciências sociais no Brasil. Vol. 1*. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais: IDESP, 1989. pp. 72-110.

MICELI, Sergio (org.). *História das ciências sociais no Brasil. Vol. 1*. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais: IDESP, 1989.

MICELI, Sergio (org.). *História das ciências sociais no Brasil. Vol. 2*. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais: IDESP, 1995.

MOTTA, Antônio; BRANDÃO, Maria do Carmo. “O campo da antropologia e suas margens: A pesquisa e sua disseminação em diferentes instituições de ensino superior no nordeste”. In: TRAJANO FILHO, Wilson, RIBEIRO, Gustavo Lins (orgs.). *O campo da antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: ABA/Contra Capa. 2004. pp. 167-186.

OLIVEIRA, Amurabi. A formação de professores na Universidade Federal de Santa Catarina: uma análise de suas transformações curriculares no tempo. *Revista de Ciências Sociais*, 49 (3): 429-453, 2018a.

OLIVEIRA, Amurabi. O ensino de ciências sociais na Faculdade Catarinense de Filosofia. *Ciências Sociais Unisinos*, 54 (1): 117-125, 2018b.

OLIVEIRA, Amurabi. O ensino de Antropologia Física e Etnografia do Brasil em Santa Catarina na década de 1950. *Anuário Antropológico*, 45 (1): 269-286, 2020.

OLIVEIRA, Amurabi; BARBOSA, Inaê. Oswaldo Rodrigues Cabral e a formação da antropologia em Santa Catarina. *Áltera – Revista de Antropologia*, 1 (6): 37-54, 2018.

OLIVEIRA, Roberto C. *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

PEIRANO, Mariza. “Antropologia no Brasil (Alteridade Contextualizada)”. In: MICELI, Sérgio (Org.). *O Que Ler Na Ciência Social Brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, pp. 226-266.

PEIRANO, Mariza. *The anthropology of anthropology: the Brazilian case*. Tese de Doutorado, Antropologia, Harvard University, 1981.

PINTO, Costa; CARNEIRO, Edison. *As ciências sociais no Brasil*. (Série Estudos e Ensaíos, nº 6). Rio de Janeiro: CAPES, 1955.

PONTES, Heloisa. “Retratos do Brasil: editores, editoras e ‘coleções brasileira’ nas décadas de 30, 40 e 50”. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil. Vol.1*. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais: IDESP, 1989, pp. 359-409.

REESINK, Mísia; CAMPOS, Roberta. “A Geopolítica da Antropologia no Brasil: ou como a província vem se submetendo ao Leito de Procueto”. In: SCOTT, Parry; CAMPOS, Roberta Bivar; PEREIRA, Fabiana (orgs.). *Rumos da Antropologia no Brasil e no Mundo: Geopolíticas Disciplinares*. Recife: EDUFEPE/ABA, 2014, pp. 55-81

RESTREPO, Eduardo. “Antropología y colonialidad”. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. (orgs.), *El giro decolonial. Reflexiones para una*

diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana Instituto Pensar, Universidad Central-iesco, Siglo del Hombre Editores. 2007, pp. 289-304.

SALAZANO, Francisco. Antropologia no Brasil: é a interdisciplinaridade possível? *Amazônica*, 1 (1): 12-27, 2009.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. “A Antropologia em Santa Catarina”. In: SANTOS, Sílvio Coelho (org.). *Memória da Antropologia no Sul do Brasil*. Florianópolis: Ed. da UFSC, Associação Brasileira de Antropologia, 2006. pp. 15-77.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. Editorial. *Anais do Museu de Antropologia*. s/v (1): 3-4, 1970.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. “Depoimento dos diretores”. In: *Museu Universitário UFSC: 30 anos*. Florianópolis: Editora Universitária UFSC. 1995, pp. 15-18.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. Notas sobre a construção da antropologia no Brasil. *Horizontes Antropológicos*, 3 (7): 62-69, 1997.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. “O nascimento dos museus brasileiros, 1870-1910”. In: MICELI, Sérgio. (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil. Vol. 1*. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais: IDESP, 1989. pp. 20-71.

SCOTT, Parry. “Poder, pluralidade estratégica e hierarquização interna em antropologias nacionais”, In: SCOTT, Parry; CAMPOS, Roberta Bivar.; PEREIRA, Fabiana (Org.). *Rumos da Antropologia no Brasil e no Mundo: Geopolíticas Disciplinares*. Recife: EDUFEPE/ABA, 2014. pp. 127-158.

ACENO

REVISTA DE ANTROPOLOGIA DO CENTRO-OESTE
ISSN: 2358-5587

A Aceno recebe em
FLUXO CONTÍNUO,
artigos livres,
resenhas,
ensaios fotográficos,
dossiês (propostas).
Interessados em atuar como
pareceristas
podem realizar seus cadastros no site